

FEIRAS NO NORDESTE¹

Msc. Geovany Pachelly Galdino Dantas
Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Macaíba
geovanydantas@yahoo.com.br

RESUMO

Objetiva discutir os elementos preponderantes para a origem e a evolução das feiras na região Nordeste do Brasil. Toma como base a história de uma das atividades econômicas que mais contribuiu para a ocupação do território nacional e, conseqüentemente, regional, a pecuária, pois foi através dela que as feiras tornaram-se importantes instituições no contexto da formação econômica nordestina. À medida que a pecuária foi responsável pela fixação da população nas áreas do Agreste e do Sertão, criaram-se as condições para o estabelecimento das relações comerciais, em princípio voltadas para a comercialização dos animais, originando as feiras de gado, e por fim, a evolução para as atuais feiras. Analisa também a importância dessa instituição econômica e social para a dinâmica das cidades do interior da região.

Palavras-Chave: Feira, Pecuária, Região Nordeste.

ABSTRACT

This study intends to discuss the dominant elements for origin and evolution of the street markets in northeastern Brazil. It takes into consideration the history of the economical activity which gave the greatest contribution to the occupation of the national territory, and consequently to the regional occupation and to the cattle breeding. Due to this activity, the street markets became an important establishment in the context of the economical northeastern development. Therefore, cattle breeding made possible the human settlement of Agreste and Sertão and generated conditions to the uprising of commercial relations, which were addressed to cattle trading at first. There was the origin of the cattle street markets, which evolved into the current events. This work also analyses the importance of this social, economical issue for the dynamic of the municipalities into the northeastern backcountry.

Key words: Street Market. Cattle breeding. Northeastern Brazil.

Introdução

Falar das feiras é reconstruir a evolução das relações de troca em praticamente todas as partes do mundo. Em algumas regiões, tais instituições surgiram como um fenômeno primitivo e espontâneo a ponto de muitas cidades terem suas origens relacionadas estreitamente com as feiras. O surgimento de instituições destinadas essencialmente à realização de intercâmbio de mercadorias e ao abastecimento da população representou o embrião de uma nova aglomeração humana a partir da atividade comercial sendo este um dos elementos determinantes para os homens se reunirem em sociedade.

Muitas sociedades tinham sua economia voltada para a produção de subsistência não realizando trocas comerciais externas, mas restritas ao grupo. As únicas relações de intercâmbios de mercadorias realizadas constituíam aquelas que tinham por base a troca de produtos que não existiam no grupo, também chamado de escambo.

Portanto, longe de ser uma instituição originada no século XX, as feiras ou mercados² se constituem num acontecimento que vem desde a Antiguidade. Então, a feira, como “mercado de troca existia desde os tempos remotos e as primeiras cidades foram, entre outras coisas, os locais onde essa atividade estava provavelmente concentrada” (HARVEY, 1981, p. 207).

Neste artigo, nosso objetivo será discutir os elementos que, no nosso entendimento, foram preponderantes para a origem e a evolução das feiras na região Nordeste do Brasil. Para tanto, tomaremos como ponto de partida uma análise de todo o contexto geo-histórico das feiras, partindo das feiras (ou mercados, como comumente são chamados na literatura sobre o assunto) de caráter periódico que se formaram na Europa durante a Idade Média. Tal recorte se justifica, pois, foram estes modelos de mercados trazidos para o Brasil logo após a chegada dos colonizadores portugueses no início do século XVI.

Veremos também como se deu o desenvolvimento das feiras em outras partes do mundo e como estas instituições chegaram e se consolidaram no Brasil, para finalmente construirmos sua trajetória no

contexto da economia do Nordeste brasileiro. Há ainda um elemento que não podemos esquecer: a ocupação e o povoamento da região Nordeste se inserem no contexto da formação socioespacial brasileira no século XVI. Assim, devemos orientar nossa discussão tendo como ponto norteador a formação econômica e territorial regional e como esta contribuiu para o surgimento das feiras.

Feiras: elementos para compreender sua origem

Observada como instituição destinada à troca comercial, a feira tem sua origem relacionada ao renascimento da atividade comercial na passagem da Idade Média para a Idade Moderna. Para muitos autores, dois elementos foram determinantes para o renascimento comercial neste momento, a construção de cidades e o surgimento de atividades ditas civilizadoras. Porém, autores com Mumford (2004) mostram que o elemento principal para isto foi a formação de um excedente de produtos rurais e de população para que se pudesse proporcionar ao comércio as riquezas necessárias para sua expansão.

Para entender esse processo, vamos explicar como se dava o funcionamento da economia dentro do regime feudal. Um dos elementos que mais marcou o funcionamento da economia feudal na Europa foi seu caráter essencialmente agrícola e intra-feudo, o pouco desenvolvimento das relações comerciais e a pouca utilização de capital. Neste sentido, reconhecesse o fato de existir uma economia de consumo que produzia e necessitava-consumia seus produtos, sendo, portanto, auto-suficiente (HUBERMAM, 1979).

A auto-suficiência se constitui num dos principais elementos para se explicar o fraco desenvolvimento do comércio durante este período. Isto ocorria, pois, à medida que havia um baixo nível de trocas comerciais, não havia a necessidade de produção de excedentes em grande escala. Neste contexto, o campo passa a ser a única fonte de subsistência e de riqueza.

A troca de produtos surgiu e se desenvolveu na sociedade no momento em que passou a existir um excedente regular de produção, fruto do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a “existência regular de um excedente de produção engendra a troca que, por sua vez, também passa a ser regula, e sua expansão permite o aparecimento da figura do comerciante, bem como da atividade comercial, aumentando a divisão social do trabalho” (PINTAUDI, 1984, p. 38-39). Nesse contexto, consideramos que o principal elemento para o desenvolvimento das feiras, enquanto instituição destinada à troca de produtos, ocorreu justamente quando da expansão dos excedentes agrícolas produzidos no contexto de uma economia de caráter feudal.

No caso da sociedade européia, havia uma produção destinada quase que exclusivamente para o consumo. Só quando se fabricava ou se plantava acima das necessidades do grupo havia uma forte procura por produtos, caso contrário não havia produção de excedentes. Assim, as poucas relações de troca que se estabeleciam nestes locais se davam justamente na comercialização da produção, que, na sua totalidade realizava-se nos mercados semanais, as feiras (HUBERMAM, 1979).

Por não haverem meios de transporte desenvolvidos e uma procura muito acentuada e constante por mercadorias, as cidades neste período não possuíam comércio permanente. Assim, a realização de feiras periódicas, realizadas uma ou duas vezes por semana era um instrumento de vida local e se constituiu numa forma de estabelecer um comércio de caráter fixo (HUBERMAM, 1979). Nesta perspectiva, os mercados de caráter periódico foram uma das primeiras instituições mercantis a desenvolver-se no rastro do renascimento comercial³.

Quanto ao estabelecimento das feiras, pode-se afirmar que seu objetivo era criar demanda suficiente para justificar o estabelecimento de um comércio permanente. Neste sentido, Pirenne ([197?], p. 116) observa que as feiras foram instituídas “para servirem de reunião periódica aos mercadores profissionais, a fim de os porem em contato uns com os outros e fazê-los confluir para elas em épocas fixas”.

A intensificação das trocas comerciais neste período (inicialmente interna e depois externa) foi o elemento preponderante para o Renascimento Urbano. Neste contexto, o comércio estimulou o crescimento dos núcleos populacionais existentes e transformou o caráter essencialmente agrícola da sociedade, ou seja, “as primeiras cidades mercantis resultaram da transformação do caráter destas aglomerações medievais sem função urbana” (SPÓSITO, 2001, p. 31).

No bojo de todas estas mudanças, as cidades se estruturam em torno das praças de mercado e a partir deste momento “a troca comercial torna-se *função* urbana; essa função fez surgir uma *forma* (ou formas: arquiteturas e/ou urbanísticas) e, em decorrência, uma nova *estrutura* do espaço urbano” (Lefebvre, 2004, p. 23, grifos do autor).

Enquanto atividade econômica essencialmente urbana, a reativação do comércio foi criando as condições para a estruturação do modo de produção capitalista e para a destruição dos pilares da economia feudal. Neste sentido, a cidade foi o lócus para a concretização deste processo, pois, “ali se reuniam os comerciantes e a riqueza por eles acumulada, ali se concentravam os artesãos ocupados com a produção necessária a atividade comercial, e nesta medida se dava a ruptura da economia feudal” (SPÓSITO, 2001, p. 31).

Não há dúvida que o maior desenvolvimento do comércio na transição entre o modo de produção feudal e o surgimento do modo de produção capitalista na Europa tenha sido um dos elementos principais para o desenvolvimento dos mercados periódicos e das grandes feiras, tanto que, como veremos mais à frente, tais instituições foram exportadas para alguns das colônias européias no continente americano, como o Brasil.

A literatura nos mostra que em outras partes fora do mundo ocidental, essas instituições também existiam e desempenhavam importante papel para a vida econômica e social dessas sociedades.

Sobre os mercados e feiras fora da Europa, Braudel (1998) destaca que também encontramos registros da existência deles principalmente no Oriente e no Extremo Oriente. Nos seus relatos, Braudel vai mostrar que, nessas regiões, o regime climático possuía grande influência para a realização dos encontros entre os mercadores. Em terras do norte da África, Braudel cita as feiras realizadas no Marrocos e na região do Magreb, onde elas se instalavam próximo aos locais santos e de peregrinações. No entanto, para o autor, as feiras mais ativas realizadas em terras islâmicas se localizam no Egito, Arábia e Síria.

Outro autor que traz uma importante contribuição para esta questão é Luiz Roberto de Barros Mott. Ele nos mostra que a origem de alguns mercados em países como a Indonésia ou, ainda, em algumas regiões da África é anterior ao contato com os colonizadores europeus e que tais instituições integram o sistema econômico tradicional. Sobre as origens dos mercados asiáticos, o autor enfatiza que “os europeus quando chegaram pela primeira vez à Indonésia, encontraram já intensa movimentação mercantil, sendo passar⁴ o nome nativo utilizado para chamar tal instituição comercial” (1975, p. 286, grifo do autor).

Já quando se analisam os mercados africanos, podemos perceber que a grande heterogeneidade social existente entre as comunidades tribais nos permite classificar estas instituições a partir de três tipos de sistemas econômicos: as sociedades sem mercado, as sociedades com mercados periféricos e as sociedades com princípio de mercado (MOTT, 1975).

No que se refere à América Latina, podemos perceber que as feiras e mercados, quanto à sua origem, podem ser reunidos em dois grupos. Um formado pelos países que já possuíam praças de mercado antes da chegada dos colonizadores; e, o segundo grupo, no qual o Brasil está incluso, refere-se àqueles onde as feiras e mercados são consideradas inovações desconhecidas até então pela população nativa.

Mesmo antes de o Brasil ser descoberto os portugueses estavam acostumados com o comércio nas feiras e mercados. Citando Virginia Rau, Mott (1975) relata que a feira mais antiga situada em Portugal tem sua origem no ano de 1125 e que até o século XV existiam cerca de 95 delas em todo o Reino. Ao mesmo tempo, eles estavam presentes nos “*suqs*⁵ da África do Norte e nas feiras do sertão de Angola” (MOTT, 1975, p. 309, grifo do autor).

Assim, o autor chega à conclusão de que as feiras livres no Brasil se constituem numa instituição que foi importada e “copiada” daquelas que os colonizadores já conheciam em Portugal. Passaremos a ver como se deu o surgimento e a evolução das feiras no Brasil.

As Feiras no Brasil

No caso do Brasil, a feira livre é recente. Já afirmamos anteriormente que seu modelo está baseado nos mercados de caráter periódico realizado na Europa durante a Idade Média. Porém, encontramos

algumas referências e relatos de trocas inter-tribais antes mesmo da chegada dos colonizadores.

Mott (1975) nos mostra que no Brasil pré-colonização as tribos indígenas possuíam uma vida simples, baseada predominantemente na economia de subsistência, que tinha como única finalidade a satisfação de suas necessidades imediatas. Neste sentido, não havia motivo para a produção de excedentes e acumulação de riquezas, pois, por motivos culturais, eles desconheciam a propriedade privada. Quanto ao comércio intertribal, este se dava de forma muito peculiar, com os grupos delimitando um lugar específico para a troca de produtos, em geral para o adorno corporal.

Baseado em relatos de cronistas e viajantes da época, Mott (1975) cita que os tupinambás ao comerciarem com os guaitacás procuravam manter uma distância relativa em torno de 100m uns dos outros. Guardada esta distância, eles mostravam de longe os objetos que queriam trocar deixando-os por sobre uma pedra ou pedaço de pau na metade da distância. Daí vinham os guaitacás para examinar os objetos, deixavam suas pedras e penas e levavam os outros produtos. Feita a troca (também conhecida por escambo), rompia-se a trégua entre os grupos e transposto o limite do local destinado ao encontro, punham-se ao encalço dos inimigos na tentativa de reaverem as suas mercadorias.

Com a chegada dos colonizadores portugueses, logo os tupinambás passaram a comercializar produtos nativos, inicialmente animais e, depois produtos de maior importância para o estrangeiro, como o pau-brasil. Sobre as formas como era realizado o transporte, observa-se que “tais produtos eram trazidos pelos silvícolas até a praia e entregues nas mãos de particulares ou nas feitorias, a fim de serem embarcados para o Reino quando da chegada das naus” (MOTT, 1975, p. 308). Foi exatamente devido a existência de grupos indígenas próximos ao litoral que a exploração e o comércio do pau-brasil obtivessem amplo desenvolvimento, ainda que de forma rápida, pois, eram os índios que se enveredavam na mata em busca da árvore para em troca receberem

miçangas, tecidos e peças de vestuário, mais raramente canivetes, facas e outros pequenos objetos os enchiam de satisfação; e em troca dessas quinquilharias empregavam-se arduamente em servi-los. [...] também presenteavam os índios com ferramentas mais importantes e custosas: serras, machados (PRADO JR., 1990, p. 25).

A primeira referência ao estabelecimento de uma feira no Brasil data de 1548, quando no Regimento enviado ao Governado Geral o rei Dom João III ordenava “que nas ditas vilas e povoados se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira [...]” (MOTT, 1975, p. 309, grifo do autor). Tal medida foi tomada para que os nativos pudessem vir vender seus produtos e comprar aquilo de que necessitavam.

Como já destacamos anteriormente, os portugueses já estavam acostumados com o comércio na feira. Desta forma, em princípio, tais instituições pareciam ter uma eficiência que deveria ser reproduzida na recém descoberta colônia. No entanto, ao ordenar a instalação das feiras, a intenção do rei não era que elas abastecessem somente os moradores, mas principalmente, fazer a reunião da produção dos nativos com o objetivo de exportá-los (MOTT, 1975).

Apesar da determinação para a criação das feiras, estas não foram postas em prática de imediato, tanto que, 40 anos depois do primeiro regimento, é enviado outro documento ao governador da Bahia que ordenava que se estabelecessem feiras nas povoações das capitânicas “para que os gentios possam vir e vender o que tiverem e comprar o que houverem [sic] mister” (MOTT, 1975, p. 310).

O pequeno comércio durante o período colonial se organizava tendo por base os dois pólos principais em que se sustentava a organização socioeconômica da Colônia: o primeiro, através dos inúmeros engenhos de cana-de-açúcar e, o segundo, através de poucas vilas e cidades que serviam de armazém e porto de embarque para a produção açucareira.

No caso dos engenhos, o comércio encontrava dificuldades de se instalar nesses locais já que eles eram “auto-suficientes no que se refere à subsistência tanto da família do proprietário, quanto da escravaria” (MOTT, 1975, p. 311). Além disso, os produtos não produzidos no interior da propriedade eram exportados diretamente da metrópole, comprados na cidade mais próxima ou trazidos por alguns mascates.

Nas cidades, o problema era a escassez de gêneros alimentícios para o abastecimento da população, pois, toda a mão-de-obra que deveria estar ligada à produção de alimentos via-se presa à produção açucareira “cuja exportação deixava grande margem de lucros, e ninguém dará importância aos gêneros alimentares” (PRADO JR., 1990, p. 43).

A insuficiência de alimentos destinados aos núcleos populacionais mais densos foi, assim, um dos problemas mais sérios que a Colônia teve de enfrentar. Com exceção de poucas famílias mais abastadas, a população nesse momento vivia sob um estado crônico de subnutrição (PRADO JR., 1990).

Não obstante, diversas formas de comércio já se encontravam estabelecidas, sendo os mais comuns as lojas, vendas, tavernas, estalagens, açougues, quitandas, dentre outros. É no relato de um cronista, por volta de 1587, que estar, possivelmente a primeira referência a uma feira realizada na capital da Colônia. Segundo o relato, citado por Mott (1975, p. 312), desse cronista “tudo vêm vender à praça desta cidade: muitos mantimentos, frutas, hortaliças, do que se remedia toda a gente, da cidade”.

Assim, vemos referências a duas formas de comércio distintas, uma exercida pelo comércio estabelecido dos mercadores responsável pelas vendas dos artigos finos e de luxo, caros e nobres e, a outra forma, que era realizada ao ar livre com a venda de produtos provenientes da terra (MOTT, 1975).

Mesmo tendo estas referências sobre a existência de uma forma de comércio realizado ao ar livre na capital colonial, não encontramos na literatura pesquisada ou mesmo em qualquer documento um indicativo de quando e onde foi criada a primeira feira no Brasil. Porém, uma das primeiras de que se tem notícias de instalação na Colônia deu-se no Nordeste, provavelmente entre os séculos XVI e XVII. Esta feira estava possivelmente localizada em Capoame, no norte do Recôncavo Baiano (MOTT, 1975). O fato de não existirem documentos que indiquem o surgimento das feiras nesse período, faz o autor levantar a hipótese de que a emergência das feiras só se deu efetivamente “quando do maior desenvolvimento demográfico e da diversificação econômica do Brasil” (MOTT, 1975, p. 311).

Outras referências à existência de feiras no Brasil nos séculos XVIII e XIX são as voltadas para o comércio do gado bovino e da farinha. O mais antigo registro é de 1732 sobre a já citada feira de gado no sítio Capoame, na Bahia. Outras feiras de que se tem notícia são as da freguesia da Mata de São João, da Vila de Nazareth, de Feira de Santana e da Vila do Conde na capitania da Bahia; de Goiana e Itabaianinha, na capitania de Pernambuco; e, em muitas vilas e cidades de Sergipe (MOTT, 1975).

Como podemos observar, a indicação dessas feiras e dessas localidades para a sua realização deveu-se, principalmente, ao comércio de gado que se disseminava pelo interior nordestino naquele momento. Este comércio só se estabeleceu, pois, como a atividade criatória foi a grande responsável pela ocupação do interior nordestino ainda no século XVII, inúmeros núcleos se estabeleceram ao longo dos “caminhos de gado”, o que influenciou a formação das praças de mercado e das feiras livres como conhecemos atualmente.

É inegável que foi na região Nordeste que esse modelo de mercado tenha conseguido maior êxito em função, principalmente, da própria formação socioespacial da região, das condições socioeconômicas da população, dos meios de comunicação, do tipo de agricultura e pecuária praticadas na região.

A exploração e a ocupação do Nordeste brasileiro estiveram relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo comercial por parte de Portugal que serviu como pano de fundo para o descobrimento e a organização do território brasileiro durante o século XVI. Assim, desde o início de sua ocupação, o espaço regional esteve voltado para o provimento do mercado europeu com produtos tropicais (ANDRADE, 1979).

No desenvolvimento da economia colonial brasileira foi possível distinguir dois setores diferentes de produção: o primeiro setor voltado para os grandes produtos de exportação, tendo a cana-de-açúcar como representante principal deste modelo; e, o segundo, das atividades acessórias, voltadas para a manutenção dessas economias de exportação, também chamadas de economia subsidiária, na qual se inclui a atividade pecuária (PRADO JR., 1990).

Como observa Souza (1975, p. 172) “na história da colonização de extensas regiões do Brasil, a criação do gado apareceu desde os primórdios do descobrimento como um meio de conquista da terra e de fixação das populações”. Assim, podemos afirmar que o povoamento do sertão brasileiro tomou forte

impulso devido às vias de trânsito abertas pelo gado.

Enquanto a atividade canavieira foi responsável pela ocupação de toda a faixa litorânea desde o Rio Grande do Norte até a Bahia nos séculos XVI e XVII, a pecuária desenvolveu-se no interior da região e foi responsável pela conquista e exploração das regiões Agreste e Sertão.

Na medida que as áreas de cana-de-açúcar se consolidaram ao longo de toda a faixa litorânea, ocupando principalmente as terras férteis dos tabuleiros costeiros, à pecuária foi destinado ocupar todo do sertão, onde “as fazendas de gado se multiplicaram rapidamente, estendendo-se, embora numa ocupação muito rala e cheia de vácuos por grandes áreas” (PRADO JR., 1990, p. 45).

Conforme afirma Andrade (2005, p. 151) “a criação de gado foi desde os primeiros tempos uma atividade econômica subsidiária da cana-de-açúcar”. No entanto, em que pese a importância que a cana possuiu como atividade destinada ao abastecimento do mercado externo, autores como Souza (1975) destacam que a criação de animais se constituiu no principal fator de civilização, de expansão geográfica, de posse efetiva das terras. E, no caso do Nordeste brasileiro, foi ela quem deu início a ocupação, fazendo surgir muitas das cidades existentes atualmente e criou uma das formas de comércio mais tradicionais e ainda hoje presentes na região, a feira.

Para entendermos a importância desta atividade para o processo de ocupação do território nacional e regional e para o surgimento do que hoje é a maioria das feiras nordestinas, passaremos no próximo tópico a analisar o desenvolvimento da atividade pecuária. Ao mesmo tempo analisaremos a importância das feiras para a economia e para a dinâmica espacial dos municípios da região Nordeste, suas características, a localização e as formas de organização dessas instituições.

A Pecuária e a Ocupação do Interior Nordestino

No contexto da formação socioeconômica nordestina, a feira livre desempenhou – e por que não dizer desempenha – grande importância, por ser uma das principais formas de comercialização da produção agrícola e principal mercado de abastecimento para uma parcela da população. Além disso, ela muda, mesmo que seja por algumas horas, toda a dinâmica da cidade em face da movimentação de pessoas que se deslocam, seja de suas residências na cidade, de uma comunidade rural próxima à cidade, de outro município e, também, de outros estados dependendo do raio de abrangência da feira.

Maia (2006, p. 5) afirma que “em todo o território brasileiro as feiras aconteciam como manifestação da atividade comercial, em que pequenos agricultores vendiam os produtos por eles cultivados ou pequenos comerciantes revendiam algumas mercadorias de necessidade imediata”. No entanto, a origem de grande parte das feiras livres existentes no Nordeste brasileiro deveu-se ao intenso comércio de gado durante os séculos XVIII e XIX.

Inúmeras atividades econômicas contribuíram para a formação da economia nordestina. Porém, aquela que talvez tenha mais deixado suas marcas no território e que se constitui numa das atividades econômicas que mais colaboraram para a ocupação do território regional foi a pecuária.

A escolha por esse caminho justifica-se pelo fato de que à medida que a pecuária foi responsável pela fixação da população nas áreas do Agreste e do Sertão nordestino, criou as condições para o estabelecimento dos primeiros núcleos de povoamento e, conseqüentemente, para o estabelecimento das relações comerciais, inicialmente, voltadas para a comercialização do gado e, posteriormente, para a evolução para as atuais feiras livres.

Ao analisar os fatores responsáveis pela ocupação do interior nordestino, não podemos negligenciar a importância que a pecuária bovina possuiu na consolidação desse processo.

Desde os primórdios da colonização, a pecuária foi uma atividade subsidiária à cana-de-açúcar, servindo, principalmente, como fornecedora de animais para serem utilizados como força de trabalho, já que os engenhos eram quase sempre movidos a tração animal e que o transporte, tanto da cana como do açúcar era realizado por animais, ou como alimento para a população que se estabelecia na colônia.

Analisando a organização do espaço do litoral nordestino no século XVI e XVII, Andrade (1991, p. 50) afirma que

havia à margem da região açucareira, áreas que não podendo dedicar-se à cultura da cana-de-açúcar devido às condições climáticas ou a outros fatores [...] destacavam-se pelas culturas de subsistência e pela criação de gado a fim de abastecer Olinda e seu parque açucareiro”.

Contudo, a atividade criatória ganhou uma importância muito maior na medida que esta passou a desbravar e a fixar população em áreas mais distantes do litoral. Assim, podemos afirmar que foi a atividade criatória, “quem conquistou para o Nordeste a maior porção de sua área territorial” (ANDRADE, 2005, p. 190), e, nesse processo, o gado serviu não só como economia subsidiária à cana-de-açúcar concentrada no litoral, como, também, serviu de elemento fixador da população, abastecimento de inúmeras cidades nascentes e carregou para o sertão o excedente populacional oriundo das áreas canavieiras.

Segundo Pazera Jr. (2003), dois fatores contribuíram para a penetração do gado para o interior nordestino. O primeiro reside na necessidade de abastecer as áreas açucareiras do litoral com animais para o transporte e de carne para as populações urbanas. O segundo fator foi a presença dos holandeses no século XVII levando os criadores a sair do litoral em direção ao interior devido o temor de perder seus alimentos para os invasores que os requisitavam. Ao fazer isso, os criadores passaram a se estabelecerem em extensões de terra doadas em sesmarias.

Um outro fator que também não podemos esquecer é que nesse momento a economia voltava-se para a expansão da empresa comercial canavieira a ponto de a “Carta Régia” de 1701 chegar a proibir a criação de gado até dez léguas da costa. Portanto, não era possível a junção da cana-de-açúcar com a criação de gado no litoral, “mesmo porque não havia ainda o arame farpado, as cercas eram vivas ou de varas. A pecuária, portanto só podia ser feita em condições restritas ao lado da agricultura e esta, era a prioridade econômica no século XVI” (PAZERA JR, 2003, p. 31).

O sertão do Nordeste foi integrado na colonização portuguesa graças movimentos populacionais e pela expansão das áreas de criação do gado, tendo sua origem em dois pólos: Salvador e Olinda. Estas duas cidades se estabelecem como

centros açucareiros que comandaram a arremetida para os sertões à cata de terra onde se fizesse a criação de gado, indispensável ao fornecimento de animais de trabalho – bois e cavalos – aos engenhos e ao abastecimento dos centros urbanos em desenvolvimento (ANDRADE, 2005, p. 183).

Foi através de Salvador que partiu a primeira e a mais importante rota de penetração para o interior nordestino, tendo sido comandada pelos representantes da família Dias d’Ávila e da Casa da Torre⁶ que, “ocupou, inicialmente a costa baiana ao norte da capital, e sergipana. [...] Ao chegar ao rio São Francisco, subiu pela margem direita [...] onde encontrou outros grupos, oriundos também da Bahia” (ANDRADE, 1979, p. 41) estabelecendo aí inúmeros currais na margem direita do referido rio. Além destas áreas, conquistaram os sertões de Pernambuco, Piauí e Maranhão tendo como principal rota os afluentes da margem esquerda do São Francisco e de outros importantes rios da região.

A segunda e bem mais modesta rota foi realizada por pernambucanos que “partindo de Olinda, em duas direções – para o sul e para o norte – foram encontrar os povoadores baianos” (ANDRADE, 1979, p. 41). O povoamento para o sul atingiu o São Francisco ocupando a sua margem esquerda, mas, em função da guerra contra os holandeses tiveram que seguir para o norte junto com a rota baiana. A corrente que seguiu para o norte acompanhou a costa e os vales dos rios Piranhas-Açu, Apodi-Mossoró e Jaguaribe. Assim, é que nos sertões dos estados da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Piauí fixaram-se inúmeras fazendas de criação.

A atividade de criação assumiu um papel importante num país como o Brasil, e particularmente no Nordeste, já que, “contando com escassos e deficientes meios de transporte, tinha no gado ‘uma mercadoria que se transportava por si mesma’” (SOUZA, 1975, p. 172). Assim, um aspecto que chama a atenção na atividade pecuária no interior do Nordeste refere-se ao sistema de transporte do gado. Sobre isto Andrade (2005, p. 188) observa que

o gado para chegar ao mercado consumidor fazia intermináveis caminhadas, havendo pessoas

especializadas para a condução desses animais. Costumavam locomover-se com um homem caminhando à frente da boiada, cantando o “aboio sertanejo”, enquanto os demais acompanhavam as reses, tangendo-as e vigiando-as para que não se dispersassem. Caminhavam de 4 a 6 léguas por dia se havia água com facilidade no caminho, mas estendiam a jornada até 15 ou 20 léguas, emendando dias e noites, nas áreas onde não havia água.

Devido as longas caminhadas, a atividade pecuária criou inúmeras áreas onde as tropas paravam para descansar e o gado pudesse recuperar o peso. Foi nessas áreas que surgiram as primeiras povoações e vilas onde “nesses pontos fixaram-se povoadores que fizeram uma pequena agricultura visando a abastecer os ‘tangerinos’, e implantaram uma atividade comercial primitiva que atendia às necessidades mais elementares” (ANDRADE, 1979, p. 44).

Assim, onde as primeiras estradas coincidiram com os “caminhos do gado”, inúmeras aglomerações se estabeleceram ao longo dos cursos fluviais, nos lugares em que estes ofereciam passagem às tropas e à beira do caminho nos locais onde as boiadas paravam para descansar.

Um elemento que caracterizava as inúmeras fazendas espalhadas pelo interior era a sua auto-suficiência, ou seja, em seu interior era produzido aquilo que era necessário para o funcionamento da propriedade, tais como:

os alimentos (feijão, farinha, milho, carne e peixe salgados, queijos, rapadura e aguardente de cana produzida em pequenos engenhos – os ‘banguês’); os tecidos e redes feitos com algodão nativo em rocas, fusos e teares; a louça, tijolos e telhas de barro; as ferramentas e algumas armas; os inúmeros objetos de uso diário feitos de couro etc” (MONTEIRO, 2002, p. 104).

Com essa auto-suficiência das fazendas de criação, não havia um comércio estabelecido. Monteiro (2002) observa que a maior parte das transações comerciais consistia na troca de produtos, que valiam como dinheiro, como era o caso da farinha e do algodão.

Alguns locais tinham uma posição privilegiada nesses caminhos, permitindo o estabelecimento de moradores que acolhiam os condutores das boiadas. Nesses locais, os moradores lhes ofereciam “pousadas, produtos de suas lavouras e criações domésticas e os ofícios necessários ao trato com os animais – como ferrar e selar os cavalos” (MONTEIRO, 2002, p. 105).

No caso específico do gado no interior, muitas das fazendas de criação estabelecidas ao longo dos vales fluviais bem como dos locais de passagem criados pelo intenso fluxo das tropas permitiram a emergência de ativos centros de comércio de gado. Na maioria das vezes, junto ao comércio de gado, inúmeros outros pequenos produtores afluíam a essas localidades com o objetivo de comercializarem sua produção, o mesmo ocorrendo com outros prestadores de serviços.

Do Comércio de Gado às Feiras de Hoje

Onde se originam as feiras livres tão e qual as conhecemos hoje? O percurso feito até aqui não foi à toa, pois, na medida que o fluxo gerado pelas tropas de gado no interior nordestino permitiu a formação de pequenos aglomerados populacionais para onde convergiam os pequenos agricultores com suas produções a fim de trocarem por outros produtos e mesmo comercializarem bem como prestadores de serviços, o que terminou por estabelecer em cada um desses locais uma praça de mercado. E são dessas praças comerciais formadas a partir do comércio do gado é que surgem as feiras livres, as quais foram importante elemento para o desenvolvimento das cidades.

Assim, “onde as trocas de gado foram mais importantes entre o sertão seco e o estreito litoral úmido, as cidades – tropas de gado – se multiplicaram” (DEFFONTAINES, 2004, p. 127). Desta forma, as feiras da atualidade são heranças das tradicionais feiras de gado e algumas destas ainda hoje são realizadas pelas diversas cidades nordestinas.

Souza (1975, p. 172) relata que no Nordeste as feiras de gado eram freqüentes e, sobre sua evolução ela diz que “ao mesmo tempo que as fazendas de criar conquistavam o sertão, certas povoações e vilas,

graças à sua posição, tornavam-se ativos centros de comércio e de gado”.

Analisando as dinâmicas ocorridas nas feiras de gado das cidades de Feira de Santana na Bahia e Arcoverde em Pernambuco no final da década de 1940, Strauch (1952) busca estabelecer alguns elementos que expliquem a existência das feiras de gado no interior nordestino.

Segundo o autor, a não integração da economia regional, principalmente a do sertão, ao restante da economia nacional, fizeram do nordestino um defensor de seus costumes e tradições e, nesse sentido, “as feiras são antes de tudo o reflexo deste espírito tradicional [pois] elas guardam todos os processos comerciais, ainda da época do Brasil colonial no negócio do gado e que não foram substituídos pelos modernos sistemas de compra e venda de gado” (STRAUCH, 1952, p. 101).

Além deste fator, o autor explicita um condicionante geográfico para a existência desses mercados, pois, as maiores feiras de gado existentes na região se localizam nas cidades que estão exatamente no contato entre o litoral e o sertão. Some-se a isso – as feiras de gado se constituem, na visão do próprio autor – “uma exigência das condições da pecuária naquela região (STRAUCH, 1952, p. 101), pois, como a criação é feita de forma extensiva no sertão, existe a necessidade de um ponto para que os animais se desloquem a fim de serem comercializados, um ponto de convergência “que deve interessar tanto ao sertão, área produtora, como também, ao litoral e à mata, zona de consumo” (STRAUCH, 1952, p. 101).

Sobre o comércio de gado no Nordeste, Souza (1975, p. 174) observa que este “é quase todo feito nas feiras, que em dias certos da semana se realizam em determinadas cidades e vilas que, por sua posição, [...] apresentam-se como centros propícios a tal comércio”.

Descrevendo como se realizam as formas de comercialização do gado no Nordeste, Andrade (1991) afirma que por não possuir frigoríficos, os quais estão localizados nos grandes centros, todo o comércio de animais era feito através das feiras de gado localizadas em cidades do interior. Segundo o autor, “nestas cidades, em determinados dias da semana, os ‘boiadeiros’ (negociantes de gado) vêm do sertão com suas boiadas e se encontram com os ‘marchantes’ dos grandes centros urbanos ou compradores de gado das áreas agrícolas para vender o seu produto” (ANDRADE, 1991, p. 146).

Também sobre as forma de comercialização, Souza (1975, p. 174) observa que:

no dia da feira o gado todo destinado à venda é reunido numa praça, às vezes aberta, outras vezes rodeadas com cerca de arame farpado ou de madeira, que separam pequenas divisões para os diferentes tipos de gado. Embora nestas feiras predomine geralmente o gado bovino, também cavalos, burros, carneiros, cabras e porcos são aí vendidos.

Na medida que estes mercados foram se desenvolvendo, inúmeras outras feiras foram se estruturando, são as chamadas feiras secundárias ou satélites. Essas feiras tinham a “função de recolher o gado de áreas mais restritas, abastecendo a região em que se situam e encaminhando o excedente às feiras principais” (ANDRADE, 1991, p. 147).

Dentre as mais importantes feiras de gado que se desenvolveram no Nordeste brasileiro podemos destacar as de Quixadá e Baturité, no Ceará; Patos, Itabaiana e Campina Grande, na Paraíba; Caruaru, Arcoverde e Limoeiro, em Pernambuco; e, Feira de Santana, na Bahia (ANDRADE, 1991; SOUZA, 1975; STRAUCH, 1952).

As mudanças ocorridas no sistema de transporte dos animais são apontadas como o principal fator que determinou a decadência das feiras de gado no interior nordestino (MAIA, 2006). Com a redução do tempo de transporte dos animais das áreas produtoras para as áreas consumidoras, houve um aumentando dos lucros do fazendeiro e do negociante. Assim, ocorreu uma profunda reestruturação do sistema de comércio regional, pois

as feiras deixaram de ser o espaço do comércio de gado, até mesmo porque a facilidade com que se traz a carne já abatida em caminhões frigoríficos de terras mais longínquas provocou uma queda no comércio de gado regional. Aquela dinâmica das feiras de gado existente, até os anos cinquenta do século XX, já não existe mais (MAIA, 2006, p. 11-12).

Como reflexo da feira de gado, inúmeros outros comerciantes estabeleceram-se para comercializar sua produção e, desta forma, a grande praça comercial que é a feira torna-se o dia de maior movimento da cidade, onde se dá o verdadeiro encontro entre a vida rural e urbana.

Assim, a feira livre torna-se um “fenômeno socioeconômico de importância capital na vida nordestina” (CARDOSO, 1975, p. 169) que marca definitivamente a paisagem das cidades espalhadas pelo interior nordestino, sendo esta a principal forma de abastecimento para uma grande parcela da população. Ao mesmo tempo, é a expressão do próprio significado etimológico da palavra, ou seja, “o dia da festa”, pois, onde quer que se realize ela

é um verdadeiro fenômeno que espanta e atordoa. Espanta sobretudo pelo contraste flagrante entre a fartura da feira e a pobreza da área rural circunvizinha. Atordoa, pois é verdadeiramente caótico o seu aspecto, dada a imensa profusão de mercadorias que ali surgem, ora expostas em toscas barracas, ora espalhadas pelo chão (CARDOSO, 1975, p. 169).

Com a decadência do comércio de animais no interior, as feiras de gado ainda existentes encontram-se separadas das feiras livres, geralmente relegadas a um local fora da área de alcance desta última. A partir de agora analisaremos a importância da feira livre como uma instituição econômica regional e sua importância para a vida socioeconômica e espacial das cidades nordestinas.

As Feiras Nordestinas Como Instituições Tradicionais

Hoje, a feira nordestina tem como função básica ser um espaço concentrador de parte da produção agrícola regional. Elas se constituem como verdadeiras praças de mercado cotidianas, para onde demandam inúmeros vendedores, quer sejam os próprios agricultores, ou ainda os próprios comerciantes da localidade que deslocam suas mercadorias das lojas para a feira.

Vimos anteriormente que esse tipo de comércio teve início como praça de mercado, ou seja, um “local onde são trocados bens e serviços, sendo freqüentadas preferencialmente por pequenos produtores que levam sua própria produção para venda” (ARAÚJO; RODRIGUES, 2004, p. 181). À medida que estas praças evoluíram, tornaram-se um verdadeiro sistema de mercado regional com organização e periodicidade próprias. Assim, devido aos papéis que desempenham no contexto regional, os referidos autores consideram as feiras do Nordeste como um dos fenômenos sociais dos mais curiosos da região,

por sua excelência como um centro popular de abastecimento e um espaço onde pessoas realizam suas estratégias de sobrevivência, revendendo no varejo produtos, principalmente alimentícios, e atraindo pessoas das mais distintas classes sociais, que neste mercado se abastecem. É, também, o lugar onde o capital comercial exerce domínio (ARAÚJO; RODRIGUES, 2004, p. 182).

Devido o nível de integração com a forma de organização social nordestina, as feiras estão profundamente envolvidas nos sistemas de mercado regional. Assim, na maioria das vezes, elas deixam de ser um fato rotineiro para assumir um papel de destaque, sendo, às vezes, difícil distinguir até que ponto a feira depende da cidade ou a cidade depende da feira. Desta forma, além de sua importância urbana e regional, a feira desenvolve o processo de comercialização e trocas inter-regionais (PAZERA JR., 2003).

Espalhadas pelos bairros das grandes cidades, pelos centros regionais ou ainda nas pequenas cidades, as feiras na região Nordeste podem ser classificadas como local ou regional dependendo da sua importância e da área de atuação. Dentre as de caráter regional destacam-se as de Caruaru, Campina Grande e Feira de Santana, que, por serem grandes, “para elas convergem toda a produção de grandes áreas, sendo daí escoadas para as áreas de maior concentração e para os principais portos” (ANDRADE, 1997, p. 129).

Considerando ainda a sua dinamicidade, as feiras possuem uma importância diferenciada na economia local, principalmente no Agreste e no Sertão. Pensando assim, Andrade (1997, p. 129) observa que:

se compararmos as feiras que se realizam na área dominada pelas grandes usinas da porção oriental do

Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas, com as do Agreste, [...] elas são inexpressivas e ocupam o centro – rua ou praça – da pequena cidade e são concluídas antes do meio dia, enquanto na região agrestina, ela toma grandes proporções, ocupando muitas vezes quase toda a área urbana e permanecendo com intensa atividade durante todo o dia.

Ainda assim, independente de onde elas se realizam, as feiras livres se constituem “num centro natural da vida social [pois] tudo se acelera com a feira” (BRAUDEL, 1998, p. 16), um local onde são realizados todos os tipos de trocas comerciais, simbólicas e sociais; local dos conflitos e dos encontros, dos políticos, dos cantadores, dos poetas, da mendicância, dos trombadinhas etc.

Nessa mesma direção, Pazera Jr. (2003, p. 18) vem afirmar que a feira livre “é o *locus* escolhido para os mais variados atos da vida social mantendo assim um sentido de permanência”. Segundo o autor, é nela que se sabem as últimas notícias e boatos, são feitos os anúncios de utilidade pública, onde são realizadas as manifestações populares em épocas de campanha eleitoral, como os comícios. Na feira também se realizam espetáculos artísticos, ou, ainda se apresentam alguns tipos de produtos, como é o caso dos remédios, além dos cantadores que evocam os trovadores medievais. É na feira que se divulga, também, a literatura de cordel.

Como instituição destinada às trocas comerciais, as feiras ainda mantêm suas funções no contexto da cidade. Só que, devido às desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil, esta função é particularmente importante para os pobres. Sobre este aspecto, Felipe (1982, p. 45) afirmar que “a feira sem dúvida nenhuma, ainda é a forma de comércio onde a população pobre viabiliza o seu consumo”. Desta forma, o que é decisivo para explicar os níveis diferenciados de consumo na sociedade são as diferenças de *status* socioeconômico da população.

Do ponto de vista econômico, as feiras se caracterizam por serem uma forma de escoamento da produção agrícola regional, um “ponto de encontro entre o meio rural e urbano e coexistem lado a lado dos pequenos e médios estabelecimentos comerciais” (ANDRADE, 1997, p. 127), permitindo uma importante interligação entre os diversos ramos do comércio.

Ao mesmo tempo, a feira se vê envolvida nos novos processos econômicos que se concretizam no plano da distribuição e da comercialização. Assim, “a feira brasileira não é um zero econômico que compra pouco e vende pouco, mas uma parte integral dos padrões nacionais de produção, distribuição e consumo de alimentos” (PAZERA JR., 2003, p. 80), estando ela profundamente envolvida nos sistemas de mercado regional e nacional reagindo às mudanças nesse sistema.

Mesmo com todas as modificações pelas quais passam o comércio na cidade, as feiras, principalmente no Nordeste, desempenham um importante papel para a própria existência do comércio fixo, pois

a) grande parte dos feirantes se abastecem em suas lojas; b) a renda adquirida por esses feirantes termina circulando dentro de todo um espaço econômico, chegando grande parcela dessa renda aos cofres das lojas modernas; c) a feira dilata as possibilidades de venda no comércio moderno, por conta da quantidade de consumidores que ela traz para o centro comercial” (FELIPE, 1982, p. 49).

Ao mesmo tempo em que as feiras constituem elementos importantes da vida social e econômica nordestina, elas apresentam características peculiares. Em seu clássico trabalho sobre as forma de organização das redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos, Corrêa (1997) apresenta algumas características das feiras nordestinas tomando como base as observações por ele realizadas nas feiras livres de Alagoas.

Uma primeira característica apresentada pelo autor é que as feiras ocorrem desde pequenos povoados, vilas e pequenas sedes municipais, passando por centros de zona até centros sub-regionais, desempenhando em todos os casos enorme papel na dinâmica desses lugares.

Uma segunda característica apresentada pelo referido autor refere-se à centralidade exercida pela feira nos diferentes núcleos de povoamento. Portanto, “quanto mais importante for a cidade, em termos de centralidade, maior será a importância absoluta de sua feira, importância esta determinada de acordo com o número de participantes e a área de atuação” (CORRÊA, 1997, p. 69). Exemplo disso é que em

cidades importantes da região Nordeste são realizadas duas feiras semanais, uma de caráter regional e, outra, de caráter local. Em contraposição, “quanto menor a cidade em termos de centralidade, maior será a importância relativa da feira semanal para a vida urbana”. Nesse caso, para muitas pequenas cidades nordestinas, o dia em que a feira ocorre é “o dia em que o pequeno núcleo passa a exercer alguma centralidade” (CORRÊA, 1997, p. 69).

Ainda segundo o mesmo autor estes mercados representam uma forma de sincronização que envolve espaço e tempo, onde há uma articulação das atividades e de deslocamento dos participantes. Assim,

os pequenos centros, via de regra, têm determinado o dia da feira de modo a não conflitar com a da feira regional da localidade central a que mesma está subordinada. Por sua vez, os pequenos centros, mesmo próximos entre si, podem ter suas feiras no mesmo dia (CORRÊA, 1997, p. 69)

Do lado dos vendedores da feira, os participantes incluem pequenos produtores rurais e comerciantes com lojas na cidade, até pessoas que são feirantes de profissão. Do lado dos compradores os participantes constituem tanto a população rural como a população urbana, esta última abrangendo pessoas dos mais diversos níveis de renda e ocupação.

É possível observar-se, em alguns casos, a coexistência da feira com o moderno setor de comércio e serviços especializados, onde os próprios comerciantes colocam parte de sua mercadoria para ser comercializada na feira. Esta situação é percebida em Macaíba na medida que a feira livre ocorre nas ruas onde estão localizados os principais estabelecimentos de comércio varejista da cidade.

Mesmo com a diversificação da atividade de comércio nas cidades, o Nordeste é a região onde a feira possui grande influência na dinâmica sócio-espacial haja vista que

em plena globalização [...] a feira se destaca no contexto do lugar como *locus* de resistência onde estão envolvidos o pequeno agricultor que negocia sua própria produção, os artesãos com seus produtos regionais, os violeiros, os repentistas e os inúmeros curiosos (VIEIRA, 2004, p. 1).

Não raro, é possível observar que há uma integração entre a feira e o Mercado Público. Como espaço de venda, os mercados se constituem numa das formas urbanas mais tradicionais existentes ao longo do tempo, exercendo diferentes funções no contexto da sociedade.

Muitos mercados tiveram sua origem diretamente ligada às grandes feiras que se realizavam nas cidades. Na medida que houve uma expansão do consumo, essas formas acabaram se reproduzindo e se consolidando “como locais importantes para o abastecimento de toda sorte de produtos, já que concentravam espacialmente a atividade, além do que significavam momentos de trocas não materiais que ‘abasteciam’ outras esferas da vida em sociedade” (PINTAUDI, 2006, p. 2).

Uma das funções primordiais dessa forma é a de ser um local de trocas comerciais existente em muitas cidades desde a antiguidade e adotada praticamente em todas as partes do mundo. Se ela ainda hoje está presente no espaço urbano “isso certamente se deve ao fato de poderem dialogar com outras formas comerciais mais modernas” (PINTAUDI, 2006, p. 2). Não por acaso, estes espaços estão presentes na maioria das cidades, sejam elas grandes metrópoles, sejam pequenas cidades e, guardadas as devidas proporções, desempenham a função de ser um espaço em que se realiza a comercialização dos mais variados produtos.

Como afirmamos anteriormente, as feiras livres são praticamente uma extensão dos mercados públicos localizados nas cidades, sendo estes “abertos praticamente todos os dias da semana, enquanto a feira funciona em dias específicos sendo, assim, temporárias, sofrendo, sobretudo, o processo de montagem e desmontagem de seus pontos” (ARAÚJO; RODRIGUES, 2004, p. 186).

Considerações Finais

Ao se analisar a dinâmica econômica e socioespacial das cidades nordestinas não se pode negligenciar a importância que as feiras livres possuem, não só para os pequenos núcleos urbanos, mas, também, para

os principais centros regionais. Mesmo com a difusão dos modernos equipamentos de comércio e de consumo pelas cidades, as feiras permanecem como um dos elementos que marcam a paisagem das cidades em todo o Nordeste, influenciando sobremaneira a dinâmica socioespacial desses núcleos urbanos.

Assim, podemos afirmar que as feiras se apresentam como formas cristalizadas nas cidades e um *locus* de resistência às mudanças ocorridas no plano da comercialização, distribuição e consumo. No entanto, é imperativo afirmar que elas não apenas se opõem as modernizações, mas, também, buscam adaptar-se a todas essas mudanças, permitindo a reprodução das condições de vida daqueles que dela necessitam.

Mesmo sendo uma expressão da “tradição” num mundo em que se ampliam as possibilidades de consumo e proliferam os modernos espaços preparados para receber um consumidor cada vez mais exigente, é na feira que se realizam uma complexidade de relações socioeconômicas que em última instância representam fatores para sua própria permanência.

Geralmente, por serem atividades simples, as feiras integram o chamado circuito inferior da economia. Elas centralizam uma grande diversidade de produtos que são comercializados nas barracas, no próprio chão ou por meio dos vendedores ambulantes. Nesses eventos, podemos encontrar vários serviços a preços compatíveis com as condições dos compradores.

Como um espaço econômico e social, as feiras são centros populares destinados a comercialização dos mais diferentes produtos e ao abastecimento da população, restrito exclusivamente a um centro urbano ou ainda a um conjunto de municípios ou mesmo toda uma região; ao mesmo tempo, é o lugar onde se dá uma grande diversidade de atividades paralelas, onde se dão uma série de encontros e reencontros, de conversas, de manifestações populares e da sociabilidade em todas as suas dimensões.

Entendemos que a feira não envolve somente o ato de compra e venda, o qual se encerra com o pagamento e a aquisição dos produtos. As relações que se estabelecem na feira envolvem uma série de outros momentos que são cada vez mais evidenciados no contato entre os diferentes atores existentes.

Em última análise, a feira é o momento em que a sociabilidade se manifesta em todas as suas dimensões e é na rua onde está se expressa com mais intensidade. Através das inúmeras pessoas que se deslocam semanalmente para os núcleos urbanos, verificamos que a feira apresenta uma efervescência social, caracterizada por uma multiplicidade de eventos, modificando, ainda que por um período curto, a temporalidade da cidade imprimindo um dinamismo diferente do habitual.

NOTAS

¹ Este artigo é resultante do capítulo “As feiras numa visão geo-histórica” da dissertação de mestrado “Feira Livre de Macaíba: um estudo das transformações na sua dinâmica socioespacial (1960/2006)” defendida no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – PPGE/UFRN.

² Mesmo existindo diferenças quanto ao sentido etimológico das expressões, para os nossos objetivos, a utilização de ambas as terminologias refere-se exatamente à mesma instituição que se desenvolve no Nordeste brasileiro e em outras partes do país.

³ Trata-se de primeira aproximação que podemos fazer dos mercados europeus com as feiras nordestinas, posto sua realização em muitos dos municípios da região objetiva criar fluxo de pessoas (comerciantes e compradores) que estimule o comércio nas localidades em que elas se realizam.

⁴ Em outra passagem o autor afirma que “nos pasars tudo se vende, desde gêneros alimentícios, carnes, animais, até produtos maquinofaturados, ferramentas, utensílios domésticos, roupas. Inúmeros serviços são aí prestados: barbeiros, cirurgiões, dentistas, escribas, restaurantes, mecânicos, etc. É também no mercado que se concentram os artesãos: os ferreiros, alfaiates, sapateiros, etc.” (MOTT, 1975, p. 287).

⁵ O autor cita que “[...] nos **suqs** do norte da África, podemos encontrar todo tipo de artesão oferecendo seus serviços à população, desde barbeiros, mecânicos e aguadeiros, até escribas, curandeiros, cartomantes etc.” (MOTT, 1975. p. 293, grifo do autor).

⁶ Refere-se ao grupo de desbravadores do sertão pertencentes à família Dias d’Ávila que estabeleceu inúmeros currais de gado pelos atuais estado da Bahia, de Pernambuco, do Piauí e do Ceará.

Bibliografia

- ANDRADE, Manuel Corrêa de. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. Recife: Sudene, 1979.
- _____. **A pecuária no agreste pernambucano**. Recife: ESAM: Fundação Guimarães Duque, 1991.
- _____. **Geografia econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina**. 3. ed. [S.l.]: Atlas, 1997.
- _____. **A terra e o homem no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- ARAÚJO, José Alexandre Gonçalves de; RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. A feira e o mercado central de Campina Grande/PB: leitura da paisagem e imagens do lugar. **Sociedade e Território**, Natal, v. 16, n. 1-2, p. 179-196, jan./dez., 2004.
- BRAUDEL, Fernand. **O jogo das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. v. 2.
- CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. Feira de Caruaru. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tipos e aspectos do Brasil**. 10. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1975.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. **Cidades**, v. 1, n.1, 2004, p.119-146.
- FELIPE, José Lacerda Alves. Aspectos socioeconômicos da feira de Caicó. **Revista Terra e Sal**, v. 1, n. 1, set./nov. 1982.
- DANTAS, G. P. G. **Feira de Macaíba: um estudo das transformações na dinâmica socioespacial (1970/2006)**. 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, UFRN, Natal, 2007.
- HARVEY, David. O urbanismo e a cidade: um ensaio interpretativo. In: _____. **A justiça social e a cidade**. Prefácio e tradução Armando Corrêa da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1981. p. 167-243.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 15. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins; Revisão técnica Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MAIA, Doralice Sátyro. As feiras: lugar do mercado e do encontro – um registro das observações feitas em feiras de cidades brasileiras e portuguesas. In: SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO-CABOVERDIANO. ENCONTRO PARAIBANO DE GEOGRAFIA. 3., 2006, Fortaleza. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2006. 1 CD.
- MONTEIRO, Denise. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 2000.
- MOTT, Luis Roberto de Barros. **A feira de Brejo Grande: um estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco**. 1975. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas/SP, 1975.
- MUNDORF, Lewis. **A Cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PAZERA Jr., Eduardo. **A Feira de Itabaiana-PB: permanência e mudança**. 2003. 201 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- PINTAUDI, Silvana Maria. O lugar do supermercado na cidade capitalista. **Geografia**, Rio Claro, v. 9, n. 17/18, p. 37-54, out. 1984.
- _____. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. **Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, Barcelona, v. 1, 1 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-81.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2006.
- PIRENNI, Henri. **As cidades da idade média**. Portugal: Publicações Europa-América, [197?].
- PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SOUZA, Elza Coelho. Feira de gado. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tipos e aspectos do Brasil**. 10. ed. rev. e atual.. Rio de Janeiro: Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1975.

- SPÓSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2001.
- STRAUCH, Ney. Contribuição ao estudo das feiras de gado: Feira de Santana e Arcoverde. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 1, p. 101-110, jan./mar. 1952.
- VIEIRA, Rute. **Dinâmicas da feira livre do município de Taperoá/PB**. Paraíba, DEGEOC/UFPB, 2004. Disponível em: <http://www.cibergeo.org/agbnacional/VICBG-2004/Eixo1/e1_024.htm>. Acesso em: 15 set. 2004.

Trabalho enviado em maio de 2008

Trabalho aceito em setembro de 2008